



ATÉ QUANDO?

Uma breve autoetnografia sobre a evasão acadêmica de corpos dissidentes.

Mar Facciolla

Início este texto em meio a um frenesi que me ocorre após um dia de domingo com muitas angústias revividas. Deitada¹⁵ em minha cama lendo uma distopia – não tão – futurista onde, em uma Sociedade super controlada, pessoas não podem ter acesso à escrita, leitura, ou qualquer arte que não seja uma das cem selecionadas como aptas e seguras para serem consumidas¹⁶.

Pensando sobre o quão atual essa crítica é, me pego imerso numa urgência de comunicar tudo o que sinto e penso às pessoas de fora da minha bolha. Talvez assim possam ter o mínimo de noção sobre as consequências de seus privilégios e ignorâncias¹⁷.

Desde que tive conhecimento sobre a existência do edital, venho me questionando se seria capaz de produzir algo *bom o suficiente* para ser aceito e publicado. Esse questionamento vem me rondando há um bom tempo, mas a pergunta crucial que eu nunca soube responder até o momento é: bom para quem?

Sentei para começar a produzir com o intuito de falar sobre as minhas vivências e todos os seus atravessamentos na Academia, e agora me percebo inundado de ideais capitalistas onde meu trabalho deve ser bom aos moldes do (cis)tema¹⁸.

Sempre gostei de desafios, portanto, agora eu mesmo me darei um: elaborar este escrito aos *meus* moldes.

¹⁵ Neste escrito recorro à linguagem não-binária, também conhecida como neolinguagem ou linguagem neutra de gênero a fim de incluir a todas as existências e diminuir o machismo linguístico, como

¹⁶ A série de distopia citada leva o nome de Destino e é uma trilogia escrita por Ally Condie.

¹⁷ Aqui me refiro ao conceito literal de “ignorância” segundo o dicionário online Michaelis (2021) “Estado daquele a quem falta conhecimento, saber ou instrução.”

¹⁸ Escrevo “(cis)tema” como uma referência ao sistema opressor produzido pela cisgeneridade.



É muito difícil enfrentar todos os fantasmas que me assombram. Hoje tenho plena consciência de que a maioria deles vem não só da transfobia, mas também da gordofobia e do binarismo incrustados em cada milímetro dessa sociedade colonizada, branca, patriarcal e cisheteroterrorista em que vivemos.

(RE)CONHECIMENTO

Antes de falar sobre a minha experiência enquanto uma corpe dissidente presente na Academia de Psicologia, sinto ser necessário contextualizar por onde já passei e como isso influencia em minhas perspectivas atualmente.

Sempre tive a Psicologia como minha segunda opção. Pensei que poderia estudar a construção da subjetividade de pessoas não-binárias durante o curso, então decidi ingressar junto a uma amiga em uma universidade em São Caetano do Sul no segundo semestre de 2018.

Durante os dois primeiros semestres eu me sentia muito bem acolhida e respeitada. Minhas demandas eram atendidas e as pessoas eram muito inclusivas. O que faz muito sentido, visto que todos acreditavam que eu era uma pessoa cis, inclusive eu mesma. Meu primeiro grande desconforto com a normatividade da Academia foi ao ver um amigo muito querido ser evadido da universidade. Ele havia acabado de solicitar o uso de nome social e, após uma semana de reapresentações e perguntas invasivas, com tom de preocupação em relação a sua saúde mental, vindas de todos professores e colegas, trancou o curso.

Eu sempre sofri muito com injustiças. Mas essa me gerou tanto ódio, que acabei o utilizando como combustível para a criação de um coletivo LGBTQIAP+. A ideia era acolher a todos que houvessem passado por algo parecido. Sentia que se houvesse um coletivo para acolhê-lo e “fazer barulho” sobre as suas injustiças, ele talvez não teria desistido do curso. Sua evasão me doeu tanto, eu apenas não imaginava a razão de tanta dor.

Alguns meses depois, durante as férias de julho de 2019, após assistir diversas transfobias direcionadas a uma pessoa não-binária em um vídeo no YouTube



(JUBILEE, 2019) durante uma das aulas em que eu lecionava¹⁹, tive uma crise de choro extremamente desesperadora. Naquele momento eu só conseguia me perguntar o porquê dessa situação mexer tanto comigo a ponto de eu quebrar meu profissionalismo e continuar minha aula chorando.

Me questionava se esse sofrimento vinha de uma empatia exagerada, afinal tive sempre muitas amigues transvestigêneres, ou se era um processo de identificação com a pessoa que estava recebendo tantos ataques.

Após muitas reflexões, percebi ser realmente um processo de reconhecimento e identificação. Para conceitualizar academicamente este processo, utilizo os escritos de Maria Cristina Leal de Freitas e Carlos Eduardo França (2015, p. 397) onde ambas pontuam que a identidade é formada através do reconhecimento com outres, sendo iguais ou diferentes.

A partir de então, minha experiência na universidade começou a mudar drasticamente. Perguntas – que no semestre anterior eram direcionadas ao meu amigo – invasivas e desnecessárias vindas de professorias, dificuldade na inclusão de nome social, insinuação de que eu não era uma pessoa trans e tantas outras violências foram se mostrando ainda piores com o passar do tempo.

VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Minha primeira tentativa de inclusão de nome social foi um desastre. Uma semana após solicitar, eu recebi em retorno o próprio decreto 8.727 de 28 de abril de 2016 (BRASIL, 2016), que dispõe sobre o uso de nome social às pessoas trans em estabelecimentos públicos, grifado nos trechos onde era citado que o nome social *somente* era disponibilizado às pessoas que fossem transexuais ou travestis. Naquele momento, eu só sentia nojo de um (cis)tema que queria me dizer quem eu sou. Com base em quê me diziam que eu não era trans?

A resposta foi uma carta, elaborada com a ajuda de uma colega de classe advogada. Eu precisei explicar o que são pessoas não-binárias, como nos encaixamos na transgeneridade e pontuar que caso meu direito me fosse negado, haveria possibilidade

¹⁹ Além de graduande em psicologia, também sou professore particular de inglês.



de um processo por danos morais. Ainda inseri alguns artigos em anexo e, com certeza, o próprio decreto também grifado. Após entregar a carta, me perguntava sobre as pessoas que não têm acesso a essas informações, e como deve ser ainda mais fácil desistir quando não se tem armas para lutar.

Uma semana após receberem a carta, atualizaram meu nome no sistema, ainda de forma errônea, mas pelo menos não era meu nome civil. Deixei passar. Não tinha mais forças para voltar a mexer nisso, naquele momento.

Após um semestre que eu havia me colocado no mundo como uma pessoa transvestigênera não-binária, em 2020, o que antes era prazeroso e enriquecedor se tornou um fardo com tantas violências que antes eu enxergava veladamente.

Fazer parte de um grupo – ainda mais – minorizado, fez com que o ambiente acadêmico se tornasse torturante para mim. Por mais que seja compreensível que pessoas cometam erros e reproduzam preconceitos, para mim nunca fez sentido profissionais de psicologia com mestrado e doutorado se fecharem a novas informações e desejarem continuar reproduzindo preconceitos tão arcaicos.

Em setembro de 2020 solicitei uma declaração, mas para a finalidade dela, precisava que estivesse com meu nome social correto. Solicitei a alteração, e para minha surpresa, decidiram inserir também meu nome civil não só na declaração, mas em todos os sistemas da universidade. Quando recorri, me disseram que entrariam em contato com o setor jurídico. No fim, foram mais de quatro meses enviando diversos e-mails e tendo o assunto desconversado e encaminhado para outro setor. Quando dei o ultimato de que caso não realizassem as alterações em todos os sistemas, eu pediria transferência, a resposta foi de que o jurídico era soberano em suas decisões e que o pró-reitor de graduação não poderia fazer nada a respeito.

Então eu pude compreender um pouco da dor que meu amigo sentiu quando foi evadido; eu também havia sido.

Na transferência de universidade perdi a carga horária dos três semestres em que estagiei obrigatoriamente, bem como ganhei mais de vinte matérias de adaptação para cursar concomitantemente com as atuais. São tantos os empecilhos burocráticos colocados pelo (cis)tema, que eu confesso que não sei como eu ainda estou estudando.



VIOLÊNCIAS EDUCACIONAIS

Para além da burocracia, nestes seis semestres anteriores são incontáveis as vezes que eu ouvi coisas como “Fulana mudou de sexo. Era homem e virou mulher”, “o travesti”, “mas isso aí de não-binário é quem fica com todo mundo?”, “mas você nasceu homem ou mulher?”, “você vai fazer cirurgia?”, “esse é seu nome mesmo?”, “mas no RG tá como?”, entre diversos comentários vindos de pessoas que, segundo Márcia Ferreira Torres Pereira (2011, p. 52) são vistas como autoridades no campo educacional, podendo fazer com que tais ações sejam compreendidas como adequadas.

A aversividade à troca de conhecimentos sempre me incomodou. Quando eram questionadas no momento de suas falas, docentes diziam que isso não era pertinente à aula e mudavam de assunto. Quando eu esperava para realizar uma abordagem discreta ao final da aula e pontuar meus incômodos acerca de usos de termos preconceituosos, a resposta era sempre a mesma “mas isso é muito novo, tá todo mundo aprendendo ainda”. Será? Será mesmo que a dificuldade é porque “é tudo muito novo” ou será que é cômodo a cisgeneridade não se questionar e se policiar sobre o que dizem?

Essa resistência à exposição ao diferente vai contra o pensamento de Roberto Mauro Gurgel Rocha (1986, p. 57), onde o autor diz que a universidade pode ser um grande mecanismo de mudança social, e que deve estar aliada à troca de saberes. E cabe ainda perfeitamente no que Paulo Freire (1997, p. 63) define como uma educação bancária, onde não há troca de conhecimento e sim um *depósito* (grifo meu) dele por aqueles que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Se baseando na ideologia da opressão e também a retroalimentando.

ATÉ QUANDO?

Uma das minhas maiores preocupações enquanto graduande de Psicologia, e pessoa que se preocupa com a formação de futuros psicólogos, é que tais ações acabem por reforçar preconceitos já enraizados em algunes alunes, já que ficam naturalizados em sala de aula.



Acompanhar as aulas e estar imerse em um (cis)tema que não somente não me inclui, mas também exclui ês minhes é a maior dificuldade. Compreendo que tudo tem um contexto histórico, mas perceber que a forma que muitas universidades ensinam a maioria das disciplinas de maneira binarista, pensando em tipificações para “homens e mulheres”, “meninos e meninas” é algo muito angustiante.

Nosso acesso à Academia é extremamente limitado, e quando a acessamos é basicamente um atentado à nossa saúde mental. Raramente nos vemos nestes espaços, mas quando nos vemos, é numa lógica excludente e patologizante.

É importante ter consciência de que a Psicologia teve participação no processo histórico de considerar diversidades sexuais e de gênero como psicopatologias (GASPODINI; FALCKE. 2018, p. 746, apud COSTA; NARDI, 2009; JESUS, 2013). Como confiar na produção de conhecimento hegemônica com um histórico que nos patologiza?

Resistir a cinco anos de uma formação excludente não é para todes. O (cis)tema se retroalimenta de opressões. Nos mantendo fora da produção de conhecimento, produz o que quer sobre nós; e quando tentamos produzir algo sob a nossa óptica, somos evadides gradualmente até que reste somente a hegemonia.

Tal processo de evasão é completamente condizente com a noção de adestramento de Michel Foucault (2009, p. 195), onde o poder disciplinar fabrica indivíduos, sendo a técnica desse poder que faz com que sejamos objetos e, ao mesmo tempo, instrumentos a seu dispor.

As referências deste escrito são o mais puro reflexo desse processo de evasão acadêmica de corpes dissidentes: até mesmo a produção acadêmica utilizada para falar sobre os processos opressores são hegemônicos.

Até quando precisaremos utilizar de referenciais cisgêneros para construir os nossos?

Até quando teremos exemplos preconceituosos em nossas salas de aula?

Até quando continuarão dificultando nossa permanência nestes espaços?

Até quando negociaremos nossa saúde mental em prol de um certificado?



Até quando seremos evadidos pelas sutilezas veladas do (cis)tema?

Até quando?

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto n.º 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 de abr. 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>. Acesso em 28 de jun. de 2021.

CONDIE, Allyson Braithwaite. Destino. 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2011

FACCIOLLA, Mar. Linguagem Não-Binária ou Neutra de Gênero [Neolinguagem] - Pronomes Neutros. São Paulo, 2020. Research Gate: Mar-Facciolla. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342079619_Linguagem_Nao-Binaria_ou_Neutra_de_Genero_Neolinguagem_-_Pronomes_Neutros. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

DE FREITAS, Maria Cristina Leal; FRANCA, Carlos Eduardo. Identidade e o reconhecimento do outro no contexto dos Direitos Humanos. In: XI Sciencult - Simpósio Científico e Cultural, 2015, Paranaíba - MS. Mídia: a produção do consenso e a cultura da violência. Paranaíba: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2015. v. 6. p. 396-415

FREIRE, Paulo. Educação “bancária” e educação libertadora. In: PATTO, M. H. S. (org). Introdução à Psicologia Escolar. 3.ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 61-69.

FOUCAULT, Michel. Os Recursos para um bom adestramento. In: FOUCAULT, M.. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 27.ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, p. 195-218.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Relações entre Preconceito e Crenças sobre Diversidade Sexual e de Gênero em Psicólogos/as Brasileiros/as.



Psicologia: Ciência e Profissão, 38(4), 744-757. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752017>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.

GURGEL, Roberto Mauro Gurgel. Extensão Universitária: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez/ Autores Associados/EUFC, 1986.

JUBILEE. Traditional vs Trans: Are There More Than 2 Genders? | Middle Ground. [Estados Unidos]. 1 vídeo (13m22s). YouTube, 31 de mar. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBAD2UuMPjs>. Acesso em 09 de jul. de 2021.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ignorancia/>. Acesso em: 09 de jul. de 2021.

PEREIRA, Marcia Ferreira Torres. Sobre as relações de autoridade e poder na docência: Contextos (des)autorizados pela formação. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.